

A favor de uma mudança de paradigma na agenda de crescimento*

Thorsten Schäfer-Gümbel

JUNHO DE 2015

- Não queremos nem a renúncia ao consumo nem uma política de desregulamentação cega e comprovadamente fracassada, mas sim, um crescimento pluridimensional.

Eis o tema que tornou Thomas Piketty famoso, pois acertou em cheio a questão crucial da nossa época. Hillary Clinton elegeu o tema a sua preocupação central. Para nós, social-democratas, o combate das desigualdades sociais é o objetivo da nossa existência política. O tema constou até mesmo da agenda do Encontro Econômico em Davos. Há muitos atores e muitas sugestões de soluções, porém, uma coisa é certa: é necessário fazer algo imediatamente.

A crescente desigualdade na distribuição de renda e riqueza é uma tendência global e nacional. A Oxfam acabou de publicar dados estarrecedores. Um por cento da população mundial é detentora da metade do patrimônio no mundo, mas ainda mais inquietante, é a informação que 85 pessoas possuem o mesmo patrimônio que 3,5 bilhões de pessoas. O fosso entre pobres e ricos está ficando mais profundo e largo. Até mesmo na Alemanha está visível: a prosperidade não existe para todos. O Instituto Alemão de Pesquisa Econômica (DIW) calculou

que mais de um quinto dos alemães não possui patrimônio ou está endividado. Em contrapartida, um por cento dos alemães mais ricos detêm 33 por cento dos bens.

O relatório da OCDE, que trata de crescimento e desigualdade de dezembro último, deve finalmente ter aberto os olhos dos últimos críticos: a desigualdade social não é apenas um problema para as camadas mais pobres. A desigualdade é ruim para a sociedade como um todo, por impedir o crescimento e, conseqüentemente, o bem-estar!

A esperança traiçoeira

Os defensores radicais do mercado continuam repetindo, sem tirar nem pôr, seu mantra cínico, afirmando que a desigualdade seria a pré-condição necessária para o crescimento, que mercados desregulamentados levariam à crise e reforçariam a desigualdade social. Portanto, mercados regulados são imprescindíveis para evitar o estouro de novas bolhas financeiras e o colapso de sociedades inteiras.



Com a união bancária, o regime de Basileia e as novas estruturas nos conselhos fiscais, foram criadas regras nos mercados financeiros na Europa. Contudo, o efeito é diminuto, os bancos paralelos (“conduits”, em inglês) continuam agindo sem qualquer controle. Um projeto central também está emperrando: o imposto sobre transações financeiras. Com este imposto, a Alemanha arrecadaria até 45 bilhões de euros por ano - uma soma gigantesca para enfrentar a crise, promover projetos ambientais, política educacional e social. Na União Europeia, a proposta foi vetada pela Grã-Bretanha e pela Suécia; e a tentativa de introduzi-la apenas na zona do euro foi bloqueada por Luxemburgo e pelos Países Baixos. Agora, onze países da UE querem introduzir o imposto, mas continuam discutindo detalhes até hoje, ou seja, é uma história sem fim.

Com relação a evasão e elisão fiscais houve igualmente alguma movimentação. O intercâmbio automático de informações para coibir a evasão fiscal foi decidido. Com o plano de ação “Base Erosion and ProfitShifting” do G20, foi lançado um marco na luta contra a elisão fiscal legal. Porém, após uma análise mais detalhada surgem novas interrogações. Como lidar com o regime fiscal para patentes? Como lidar com a economia digital e sua tributação? Como transformar 3.000 acordos de tributação bilaterais em um acordo multilateral? Se quisermos combater a criminalidade fiscal e fechar as lacunas, temos de responder estas perguntas rapidamente.

Precisamos de uma nova agenda de crescimento

Contudo, se quisermos combater a desigualdade social no longo prazo, precisamos de outro paradigma de atuação. Precisamos combinar crescimento econômico com sustentabilidade ecológica e social. Precisamos fazer com que investimentos sejam possíveis, sem gerar turbulências nos orçamentos públicos. Resumindo: O que precisamos é de uma nova agenda de crescimento!

Mas, não se vislumbra uma mudança de paradigma. O G20 aprovou um plano de crescimento no ano passado, prevendo um crescimento econômico de dois por cento ao ano e a criação de novos empregos. Basear o crescimento apenas no valor do PIB ficou

antiquado. O crescimento será conseguido as custas das pessoas e da natureza? Será que os empregos são seguros ou representam, na verdade, uma exploração dos trabalhadores? A desigualdade aumenta com o crescimento? Em vez de recair em sonhos em torno do PIB, devemos deixar de lado indicadores unidimensionais que trazem uma alegada prosperidade e nortear nossa atuação político-econômica em outros parâmetros. Uma agenda de crescimento viável e sustentável no futuro deve, em vez de focar exclusivamente no PIB, abraçar e entrelaçar as dimensões econômica, social, ecológica e fiscal.

Nossa responsabilidade nacional

Na Alemanha, devemos avançar com uma nova política econômica e servir de modelo. O seguro desemprego, a aposentadoria e o seguro saúde são considerados “estabilizadores automáticos” da economia, apesar deste fato frequentemente cair no esquecimento. Um sistema educacional forte constitui a chave para a criatividade e a capacidade de inovação. Além disso, salários “fortes” são igualmente importantes. O salário mínimo introduzido pelo Partido Social Democrata (SPD) é indicado para coibir os excessos na exploração. É preciso agora limitar o aumento das diferenças entre os diversos setores. Precisamos de medidas que conduzam a uma política solidária em matéria de salários na Alemanha, já que os salários no setor de serviços despencaram nos últimos anos, enquanto os dos executivos rompiam limites estratosféricos. Sindicatos fortes, comissões de fábrica fortes – em suma: a democratização das fábricas e empresas tem de, novamente, voltar a ser forte em nossa agenda.

Devemos estabelecer a sustentabilidade ecológica como pilar central da agenda econômica. A mudança energética que implica o abandono da energia nuclear constitui um bom exemplo para tal – mais proteção do meio ambiente, empregos seguros nas indústrias do futuro sem aumento dos preços da energia elétrica. A Socialdemocracia consegue esta tríade. Agora é nossa tarefa apoiar todas as pessoas afetadas pelas rupturas estruturais. Se nós enquanto sociedade nos beneficiamos da mudança de matriz energética, também devemos enquanto sociedade zelar para que não sejam justamente os mais fracos a sofrer mais. Solidariedade significa distribuir os lucros de forma justa e indenizar os perdedores.



Por fim, o que gerou os processos de criação de empresas e crescimento nas energias renováveis foram subsídios e investimentos públicos. Investimentos públicos podem orientar o crescimento para uma via social e ambiental correta, por exemplo, para disponibilizar uma infraestrutura de elevada qualidade, para apoiar a pesquisa de base e investimentos em educação. A consequência disto tudo: é preciso adicionar um pedal ou acelerador de investimentos ao travão da dívida, sendo que ambos os elementos merecem a mesma consideração.

Tal só funciona com finanças sólidas e elevadas receitas fiscais. O tratamento fiscal mais favorável ao rendimento do capital em detrimento do rendimento do trabalho emite os sinais errados e dá incentivos equivocados, levando a resultados absurdos. O tratamento igualitário dos dois fatores deve ser a meta – inclusive por razões distributivas. Da perspectiva da sustentabilidade social deveria estar claro que precisamos de um imposto sobre heranças (imposto sobre grandes fortunas) eficaz. Em uma sociedade democrática é inaceitável que uma parte cada vez maior da riqueza da sociedade seja acumulada meramente pela filiação e não pela própria ação.

A responsabilidade internacional

Uma nova agenda internacional de crescimento abrange muitos aspectos: políticas para educação, saúde e mercado de trabalho, além de medidas de certificação de matérias primas e regulamentação dos mercados financeiros. Precisamos fortalecer a sociedade civil e os sindicatos, destacando o tema da sustentabilidade ecológica de forma contínua, caso contrário corremos risco, entre outros, de fracassar nas negociações climáticas em Paris no próximo inverno europeu. Porém, eu defendo, sobretudo, uma política econômica pujante no âmbito de uma nova agenda de crescimento. Se quisermos ter crescimento sustentável, prosperidade e justiça

na esfera internacional, temos de mostrar que não existem apenas razões morais para tal, mas também a expertise econômica a favor da nossa agenda.

Isto requer uma política comercial de cunho social-democrático pronunciado. Os acordos comerciais oferecem uma das poucas oportunidades de conseguir embutir padrões sociais e ecológicos nos fluxos econômicos globais. Ainda não existe uma ordem política internacional suficientemente eficaz com a qual pudéssemos contar. Além disso, os acordos sobre política comercial ainda oferecem a chance de determinar as regras para mercados financeiros e direitos com relação a carteis, proteção de dados e direitos autorais mais claramente. As preocupações com as consequências dos acordos comerciais precisam ser levadas a sério, mas também devemos sublinhar que estes acordos podem dar uma cara mais positiva ao futuro.

Os valores da socialdemocracia

O SPD quer promover esta mudança de paradigma. Não queremos nem a renúncia ao consumo nem a política de desregulamentação cega e comprovadamente fracassada. Queremos sim, um crescimento pluridimensional. Muitos são da opinião que não pode haver harmonia entre economia e justiça. Frequentemente, uma boa política econômica é considerada sinônimo de decisões radicais em prol do mercado. Nós defendemos uma política econômica, na qual a justiça social é ao mesmo tempo condição de partida e objetivo final. Olhando a partir da perspectiva da justiça e da eficiência econômica, o efeito distributivo de uma política econômica socialdemocrata deveria se tornar o padrão central. No momento, estamos discutindo medidas concretas para atingir este objetivo no laboratório temático “Novo crescimento e inovação”. Trata-se aqui de um elemento decisivo para reduzir a desigualdade social e promover o SPD.

*Trata-se de uma tradução do texto publicado em alemão na revista Internationale Politik und Gesellschaft (IPG) em 25/05/2015.

**Autor**

Thorsten Schäfer-Gümbel é Vice-Presidente do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD).

Responsável

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil
Av. Paulista, 2001 - 13º andar, conj. 1313
01311-931 | São Paulo | SP | Brasil
www.fes.org.br

Friedrich-Ebert-Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

O uso comercial de material publicado pela Friedrich-Ebert-Stiftung não é permitido sem a autorização por escrito.

ISBN 978-85-99138-61-8

